

Ibsen rebate acusação de Passarinho

■ Deputado volta a culpar Benevides por não instalar CPI em 91. Genoíno endossa

BRASÍLIA — Em nota divulgada ontem pelo escritório de seu advogado Ives Gandra, o deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) tenta contestar o presidente da CPI do Orçamento, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), que o considerou omisso por não haver instalado uma CPI para apurar o escândalo em 1991, época em que era presidente da Câmara dos Deputados. Ibsen, citando várias vezes o regimento do Congresso, voltou a atribuir culpa ao então presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE).

Segundo a nota, o deputado cumpriu todas as determinações regimentais, até a remessa de ofícios aos partidos solicitando



Benevides não fez as nomeações

Jamil Bittar — 18/9/92

indicações para as comissões. Depois disso, a Mesa do Congresso, que o presidente da Câmara não integra — explica Ibsen — avocou o assunto à sua competência, suspendendo o processo de instalação da CPI.

Também o deputado José Genoíno (PT-SP) reafirmou ontem, com base em documentos e atas, que Ibsen não é o único responsável pela não-instalação da CPI em 91. Segundo Genoíno, Benevides também é culpado. O petista apresentou ontem cópia de ata de uma reunião conjunta, realizada em 11 de maio de 1991, entre as mesas da Câmara e do Senado, quando o requerimento do depu-

tado Jaques Wagner (PT-BA), pedindo a CPI, foi “avocado para exame da Mesa do Congresso Nacional, por se tratar de matéria de sua competência”.

Para comprovar a responsabilidade de Benevides, Genoíno exibiu ofício de Wagner, do dia 13 de maio de 1991, reivindicando, com base no regimento interno da Câmara (Artigo 33), que Benevides nomeasse à revelia dos partidos os integrantes da CPI. Àquela altura, as lideranças do PMDB e do PDC na Câmara e do PRN no Senado não haviam ainda indicado seus representantes na CPI. “Ele foi instado a fazer o que lhe cabia e não o fez”, disse Genoíno.